

IADO do Deputado Ip Sio Kai em 07.08.2019

Reforçar o grau de captação de investimentos e promover a diversificação económica

Macau é uma cidade pequena, com pouca população, e deste modo o seu mercado é pequeno. A liberalização do jogo resultou na situação ainda mais grave de a indústria do entretenimento passar a ser o único pilar! Durante anos, o Governo desejou promover um desenvolvimento diversificado da economia, mas os resultados não foram notórios, porque a maioria dos sectores só se desenvolveu em torno do entretenimento e do turismo, e houve falta de entrada de sectores diferentes no mercado.

No início do Retorno, Macau conseguiu, através de políticas fiscais, captar alguns investimentos para o seu mercado, mas os restantes concentraram-se só nos principais sectores, o jogo e o turismo, e não houve outras vias e políticas para atrair mais investimentos. Com o passar do tempo, essas políticas fiscais ficaram desactualizadas, portanto, o Governo fez um ajustamento, cancelando-as. Mas este tipo de políticas pode, sem dúvida, atrair a entrada de diferentes sectores, o que pode trazer recursos financeiros e talentos técnicos, entre outros.

Olhando para a zona asiática, o ambiente económico de países como Singapura e Vietname, e da região vizinha Hong Kong, já é bastante atractivo, mas continuam a recorrer a uma política importante, isto é, benefícios fiscais, para atrair investimentos exteriores, com vista ao desenvolvimento sustentável da economia, e a entrada de empresas estrangeiras, aproveitando assim o fluxo de fundos, as tecnologias e os quadros técnicos introduzidos por elas. Por exemplo Singapura: como o seu ambiente económico e comercial favorece o desenvolvimento de empresas, tem sido sempre um dos locais prioritários para a criação de sedes regionais por parte de empresas internacionais, como europeias, japonesas, etc. Nos últimos anos, tem atraído a entrada de diferentes empresas estrangeiras com políticas de benefícios fiscais. De acordo com diversas fontes, os benefícios fiscais de Singapura atraíram, de facto, empresas da China Continental e empresas “offshore” de Hong Kong, e até de Macau, para lá desenvolverem as suas actividades.

Em comparação com Hong Kong, Singapura e o Vietname, actualmente em Macau, para além do sector do turismo, são poucos os sectores que têm benefícios fiscais, e isto quer dizer que os restantes sectores quase não são beneficiados.

Em 21 de Setembro de 2018, o Governo de Macau apresentou a proposta de revogação da legislação sobre “offshore”, mas não lançou qualquer política favorável para atrair empresas estrangeiras a investirem e a desenvolverem-se em Macau, o que levou à falta de novas motivações para o seu desenvolvimento diversificado. Sugere-se ao Governo que aprenda com as políticas preferenciais

(Tradução)

das regiões vizinhas, para atrair investimentos exteriores e manter a vantagem competitiva regional, e que, ao mesmo tempo, introduza talentos e tecnologias diferentes para a diversificação da economia de Macau.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 07.08.2019

Reforço da sensibilização da população sobre a prevenção de tufões

Com a experiência resultante da passagem de supertufões nos últimos dois anos, o Governo tem-se empenhado em promover a protecção civil, e é de crer que os resultados deste trabalho sejam notáveis e os cidadãos também se sintam estimulados. A fim de se continuar a alargar e aperfeiçoar a transmissão de mensagens no âmbito da protecção civil, o Centro de operações de protecção civil divulgou, no mês passado, vários planos de trabalho para fazer face a tufões e a situações de emergência. Por exemplo, os locais equipados com o sistema de alerta sonoro nas zonas baixas vão aumentar de 90 para 140; os locais altos equipados com o sistema de aviso vão passar de 3 para 4; e os monitores que se encontram nos postos fronteiriços e vias públicas já atingiram 259. Foi também lançada uma aplicação informática “informações sobre protecção civil de Macau” e criada na Wechat uma conta pública com “notícias sobre protecção civil”, com o objectivo de permitir que cidadãos e turistas acedam, através de vários canais e de forma rápida, às informações correctas sobre a protecção civil.

Na semana passada, Macau recebeu o primeiro tufão n.º 8 deste ano, o Wipha, que, felizmente, não causou acidentes graves. Ao mesmo tempo, foi também uma oportunidade para experimentar o sistema de divulgação de informações sobre a protecção civil, que já tinha sido aperfeiçoado. Durante a passagem do tufão, a referida conta pública na Wechat ficou impossibilitada de enviar notícias sobre a protecção civil, devido ao facto de as mensagens terem atingido o limite diário fixado pelo operador. Quanto à referida aplicação de telemóvel, ainda há espaço para melhorias em relação à interface e à categorização das mensagens, aliás, deve permitir-se ao utente uma distinção mais clara entre as importantes informações climáticas em tempo real e as demais informações sobre os serviços de apoio comunitário. Espera-se que o Governo aproveite bem esta experiência e corrija estes problemas. Há também que reforçar a promoção, para que mais cidadãos fiquem informados e usem os canais oficiais de informação, a fim de ficarem correctamente a par da situação de protecção civil.

Em Macau, há muitos prédios envelhecidos sem reparação ao longo dos anos, daí a possibilidade de ocorrerem disparos do quadro eléctrico devido a sobrecarga ou curto-circuito resultante do envelhecimento dos cabos. Já houve até situações de apagão súbito em prédios devido a infiltrações de água no quadro eléctrico. Portanto, existem riscos latentes para a segurança. Segundo se sabe, a CEM emitiu, nos últimos anos, mais de 200 avisos para apelar à atenção sobre os prédios que necessitem de reparação, para reduzir os riscos de acidentes e avarias. A fim de melhor se fazer face à chegada da época de tufões, para além do aperfeiçoamento constante dos trabalhos do Governo na protecção civil, é também necessário que cidadãos aumentem a sua sensibilização sobre a prevenção de tufões e efectuem bem as inspecções ordinárias. Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. Aumentar a consciência de segurança dos proprietários. O Governo deve reforçar a sensibilização dos proprietários dos edifícios privados, para que estes prestem mais atenção às suas propriedades antes da época de tufões, incluindo a inspecção das janelas antigas, do sistema eléctrico, das paredes exteriores e das prateleiras dos aparelhos de ar-condicionado. Deve ainda encorajar-se a contratação, o mais cedo possível, de indivíduos qualificados para a avaliação e reparação imediata das instalações estragadas. No âmbito dos diplomas legais, há que regular, gradualmente, as exigências de inspecção periódica sobre a segurança dos edifícios e assegurar a concretização das respectivas medidas de execução.

2. Consolidar as tabuletas para evitar perigos. Recomenda-se aos serviços competentes que reforcem a inspecção aos reclamos e tabuletas publicitários, evitando-se a sua colocação ilegal, a fim de diminuir a probabilidade de danos causados a pessoas ou bens devido à queda das tabuletas.

3. Reforçar a conservação do património arquitectónico. Há que reforçar a fiscalização dos proprietários e dos gestores de património arquitectónico, no que respeita à sua manutenção periódica, e que criar um mecanismo de comunicação urgente para acelerar as medidas de contingência em caso de danificação do património em condições climatéricas adversas.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 07.08.2019

Na última semana, devido à passagem do tufão Wipha por Macau, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG) içou o primeiro sinal n.º 8 de tempestade tropical deste ano. Na altura, o vento e a chuva não eram fortes, só nas zonas costeiras é que o vento foi mais forte, acompanhado de pontuais chuvas torrenciais. As inundações são normais nas zonas baixas do Porto Interior, e mesmo depois de o tufão se ter afastado, e o sinal ter baixado para n.º 3, as inundações nas zonas baixas continuaram, com a água a atingir a barriga da perna, o que teve grave impacto para os moradores e lojistas. As zonas baixas dos bairros antigos de Coloane também são fustigadas pelas inundações na altura das marés astronómicas ou quando há tempestades, e a água do mar acaba por ficar estagnada nas vias públicas. Os moradores desejam que o Governo resolva, quanto antes, estes problemas, para lhes devolver um ambiente seguro para viver.

Na verdade, para melhorar a situação das inundações devido a chuvas torrenciais e de refluxo nas situações de storm surge na zona norte do Porto Interior, o Instituto para os Assuntos Municipais está a construir uma infra-estrutura “box-culvert” na estação elevatória de águas pluviais nesta zona, incluindo duas novas estações de bombagem, uma box-culvert de grande envergadura e um desvio das águas pluviais entre a Avenida de Almeida Ribeiro e Mercado do Patane para o “box-culvert” para posteriormente serem lançados, através das estações, para os respectivos efluentes, com o intuito de aumentar a capacidade de escoamento e melhorar a situação das inundações no Porto Interior. As obras vão ser executadas por quatro fases, mas a primeira fase está muito atrasada, devido a marés e construções ilegais. Portanto, como vão ser concluídas em Setembro, as obras da 2.ª fase tiveram apenas início em Abril do corrente ano, prevendo a sua conclusão também em Setembro. Os atrasos registados fazem preocupar os residentes das proximidades, pois receiam que as obras se arrastam no tempo e acabam por se tornarem em obras de Santa Engrácia, com repercussões para as deslocações e impactos para a sanidade do meio-ambiental, tanto mais que não há uma calendarização para o início e termo das obras da 3.ª e 4.ª fases. Essas obras são mesmo necessárias para melhorar a situação de inundações naquela zona, daí que tivesse instado ao Governo para acompanhar mais de perto a sua execução e fiscalização. Para além de assegurar a qualidade das obras e evitar que o pavimento seja repetidamente escavado, há que recuperar o tempo perdido nas obras da 1.ª e 2.ª fases, planear as obras da 3.ª e 4.ª fases e definir um plano de contingência para assegurar a conclusão das obras dentro dos prazos inicialmente previstos, ou seja, antes de Fevereiro de 2021. Em paralelo, sugiro a publicitação atempada de informações relativas ao andamento e a calendarização das obras em cada uma das fases, de forma a dissipar as dúvidas dos residentes. Mais, há que destacar mais agentes ao local para dirigir o trânsito, de forma a minimizar os efeitos a causar pelas obras a aquela zona.

Quanto ao tratamento da água na Vila de Coloane, em Outubro do ano passado, a DSSOPT publicou, pela primeira vez, na reunião plenária do Conselho

do Planeamento Urbanístico, a "Proposta preliminar do plano de reordenamento urbano da zona marginal de Coloane desde a Rua dos Navegantes até a Avenida de Cinco de Outubro", apresentando duas propostas: "um lago" e "uma margem". Em Abril do corrente ano, a DSSOPT apresentou o projecto de prevenção das inundações e do ordenamento urbanístico da zona marginal de Lai Chi Vun, em Coloane. A sociedade espera que seja implementado o projecto do lago paisagístico na zona costeira de Lai Chi Vun, que pode ser ligado a dois lagos no troço da Avenida de Cinco de Outubro, assim, a proposta "um lago e uma margem" passa a "dois lagos e uma margem". Os serviços competentes afirmaram que a maioria dos moradores de Coloane apoiava o plano de tratamento da água nos "dois lagos", mas até ao momento ainda não se viu qualquer resultado, e como a segurança dos residentes não pode ser adiada, espera-se que os serviços competentes estudem e implementem, quanto antes, a proposta dos "dois lagos". E que antes de tudo, acelerem a implementação da medida de curto prazo para tratamento das águas residuais, e reestruturem a rede de drenagem da Vila de Coloane, de modo a reduzir o impacto para os moradores devido ao retorno da água do mar.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 07.08.2019

Prestar a devida atenção à falta de terapeutas e criar uma sociedade harmoniosa e inclusiva

O Governo da RAEM tem envidado esforços para criar uma sociedade harmoniosa e inclusiva, dando importância aos trabalhos de avaliação, tratamento e educação das crianças com necessidades especiais e, em cooperação interdepartamental, elaborou planos de curto, médio e longo prazo para implementar o tratamento precoce das crianças, na expectativa de apoiar as crianças na futura integração na sociedade.

No entanto, a falta de terapeutas tem sido sempre uma questão que preocupa a sociedade. Segundo consta, existem actualmente mais de 130 terapeutas distribuídos por quatro especialidades: psicoterapeutas, fisioterapeutas, terapeutas da fala e terapeutas ocupacionais. O Governo afirma que o número de terapeutas é, para já, suficiente, mas muitos encarregados de educação têm opinião diferente, especialmente quanto aos terapeutas da fala, pois o tempo de espera para conseguir apoio é demasiado longo, o que faz perder o melhor período para o tratamento, situação que deve merecer a devida atenção do Governo.

Além disso, face ao envelhecimento da população de Macau, o aumento do número de pessoas que sofre de demência e acidentes cardiovasculares vai acarretar uma maior procura de terapeutas, pelo que se espera que seja reforçado o seu número, e que os respectivos serviços sejam estendidos aos idosos e adultos, para que mais pessoas com necessidades possam obter tratamento adequado.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Algumas instituições do ensino superior locais já abriram a primeira licenciatura em terapia da fala, e o Governo também já recrutou terapeutas da fala das regiões vizinhas para Macau, porém, o apoio destinado aos idosos e adultos continua a ser insuficiente. Assim, sugiro ao Governo que reavalie a procura, divulgue uma tabela sobre a procura dos 4 tipos de terapeutas, e, com base nisto, defina planos de curto, médio e longo prazo, para resolver a falta de terapeutas.

2. Macau está a caminhar gradualmente rumo a uma sociedade envelhecida, portanto, são muito comuns os casos de demência e acidentes cardiovasculares, que exigem tratamento médico e colaboração dos cidadãos. Assim, sugiro ao

Governo que reforce as acções de divulgação, para que os familiares dos doentes colaborem no tratamento, contribuindo assim para a criação duma sociedade de harmonia entre doentes e pessoas saudáveis.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 07.08.2019

Concretizar a saída dos trabalhadores não residentes para assegurar aos residentes os seus rendimentos

A DSEC divulgou, há dias, os “salários dos trabalhadores da construção e preços dos materiais de construção referentes ao 2.º trimestre de 2019”. Segundo esses dados, com a aproximação da conclusão de alguns grandes empreendimentos de entretenimento, a procura por trabalhadores da construção civil diminuiu. No 2.º trimestre, o salário diário médio dos trabalhadores da construção desceu 2,6 por cento, e o salário diário dos que são residentes caiu 2,9 por cento, para 987 patacas, ou seja, mais 5 patacas do que no 2.º trimestre de 2016, quando o salário diário era de 982 patacas. Sem o efeito da inflação, o índice do salário real dos trabalhadores da construção diminuiu, em termos trimestrais, para 96,4, ou seja, 1,2 por cento, o valor mais baixo desde o 2.º trimestre de 2015. Mais, de entre os 19 tipos de trabalho, qualificado e semiquualificado, da construção, houve 12 em que o salário diário médio dos locais desceu em termos trimestrais, e a maior queda atingiu 12,2 por cento.

Em resposta a uma interpelação escrita apresentada por um deputado, o Governo afirmou que, com a inauguração sucessiva dos grandes empreendimentos turísticos das concessionárias do jogo em 2018, os trabalhadores não residentes (TNR) da construção civil saíram de forma gradual e ordenada. Mas a realidade pode não ser assim. De acordo com os dados, até ao final de Junho deste ano, existiam em Macau 190 367 TNR, dos quais 29 412 eram da construção civil, ou seja, dos 29 491 do período homólogo do ano passado, só diminuíram 79. Um ano depois, saíram menos de 80 TNR, o que nos leva a duvidar da implementação efectiva do mecanismo de saída desses trabalhadores.

A relação entre a oferta e a procura determina o preço do mercado. A redução das grandes obras e a não saída dos TNR resultam em impacto para os níveis de rendimento dos locais que trabalham na construção. O índice salarial destes atingiu o recorde mais baixo durante os últimos quatro anos e, especialmente desde o segundo trimestre de 2017, o decréscimo foi evidente e a sua subsistência foi gravemente afectada. Apelo ao Governo para dar mais importância a isto, acompanhar de perto a situação de emprego e de salário dos trabalhadores da construção, aplicar seriamente o mecanismo de saída dos TNR, equilibrar a oferta e a procura dos recursos humanos, e adoptar activamente medidas, para assegurar que os direitos e interesses dos locais e os níveis do seu rendimento não sejam prejudicados pela redução das grandes obras, e, ainda, cumprir rigorosamente a “Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais” e a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, isto é, insistir no princípio da prioridade de acesso ao emprego dos locais, tratar, com pragmatismo, os pedidos de contratação de TNR e controlar, oportunamente, o

(Tradução)

número destes, para garantir que os direitos e interesses dos locais no acesso ao emprego e no trabalho não sejam prejudicados.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 07.08.2019

Exorta-se à rápida conclusão da elaboração do plano director e dos planos de pormenor

Recentemente, o Governo procedeu a uma recolha de opiniões sobre o projecto da planta de condições urbanísticas do terreno do antigo Hotel “New Century” na Taipa, pois um dos seus lotes permite a construção de um edifício com uma altura máxima de 140 metros e 70 metros de largura máxima, e os proprietários dos prédios vizinhos receiam que sejam construídos edifícios altos ou “edifícios biombo”. Apesar da suspensão do projecto devido ao cancelamento do requerimento por parte do requerente, os conflitos relacionados com os planos ainda estão por resolver.

Em Fevereiro deste ano, o Governo divulgou um projecto de plantas de condições urbanísticas dos 8 lotes do Edifício Jardim de Lisboa da Taipa Pequena e, embora a altura do edifício tenha sido reduzida de 154 para 81,5 metros, o público continua preocupado com os danos que o projecto vai provocar nas montanhas e no meio natural.

Outro exemplo é um projecto de construção em Coloane Alto, que também despertou grande atenção e causou crítica por parte da sociedade, devido aos estragos que vai provocar na ecologia e na paisagem da colina.

A população já manifestou diferentes preocupações em relação aos referidos casos, mas, como os critérios de avaliação do impacto ambiental não são rigorosos nem claros, é possível que os projectos sejam facilmente aprovados desde que não violem o rígido limite altimétrico da servidão aeronáutica de 160 metros. Assim, é normal que os residentes estejam preocupados. De facto, ao longo dos últimos dez anos, foram erguidos muitos “arranha-céus” e “edifícios biombo”, e houve até vários projectos isentados do cumprimento da norma da “sombra projectada”, o que já há muito afecta gravemente a ventilação de determinadas zonas, bem como a iluminação dos edifícios vizinhos e a qualidade habitacional.

Este caso demonstra que, na falta de um plano director urbanístico e de planos de pormenor, e dependendo apenas do planeamento de zonas ou de procedimentos internos do Governo de carácter orientador, é bastante difícil reprimir os planos ou projectos de desenvolvimento que possam destruir os recursos e a paisagem natural, como montanhas, água e zonas verdes, e torna-se mais difícil a apreciação e aprovação dos projectos por parte da Administração sob a perspectiva de salvaguardar o ambiente habitacional e a saúde da população.

A Lei do planeamento urbanístico prevê expressamente que um dos objectivos do plano director é “estabelecer os princípios orientadores da protecção e defesa do ambiente, da natureza, do equilíbrio ecológico e da sustentabilidade ambiental”. É lamentável que, passados seis anos desde a aprovação da referida lei, em Agosto de 2013, o plano director e os planos de pormenor ainda estejam por apresentar, fazendo com que alguns projectos, que danificam as montanhas, a paisagem natural e o ambiente habitacional periférico, e que suscitaram muitos conflitos sociais, continuem a ser aprovados, “legalmente” mas não racionalmente. A natureza urbana e o ambiente habitacional não estão devidamente protegidos ao nível jurídico, e o poder discricionário de aprovação “legal” do Governo é bastante grande.

Em Outubro de 2017 e em Janeiro de 2018, foram lançados concursos públicos para a “Elaboração do plano director de Macau” e, em Março de 2018, foi divulgado o resultado da adjudicação, com um preço de 1,1 milhões e 365 dias de prazo. Segundo os dados, a DSSOPT assinou, em Junho do ano passado, o respectivo contrato com a empresa adjudicatária, mas, decorrido quase um ano, ainda não divulgaram nem o andamento nem o resultado. Apelo ao Governo para, quanto antes, concluir os planos director e de pormenor, definir planos sobre a utilização dos terrenos de cada zona, e estabelecer a coordenação entre os espaços urbanos e a conservação e os respectivos critérios, e um limite mínimo para a protecção da ecologia natural e das áreas verdes; quanto à aprovação de projectos, deve ponderar a partir da saúde dos residentes, assegurando-lhes, razoavelmente, a qualidade do ar e condições de ventilações, de paisagens e de luz, etc. Para evitar a destruição contínua do ambiente ecológico, devido ao desenvolvimento excessivo, o Governo deve suspender, antes da aplicação dos planos director e de pormenor, a apreciação dos projectos de construção que envolvam montanhas, água e espaços verdes, entre outros recursos naturais.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 07.08.2019

Aperfeiçoar o regime e reforçar a fiscalização sobre as finanças públicas

A Lei de enquadramento orçamental entrou em vigor no dia 1 de Janeiro do ano passado, mas tem havido muitos problemas durante a sua execução, por exemplo, não há uma fiscalização eficaz sobre as empresas de capital público, a colaboração entre serviços fica por reforçar, os relatórios apresentados por estes às Finanças, sobre a viabilidade da inclusão de projectos no orçamento, não são rigorosos, e alguns projectos apresentam uma baixa taxa de execução, portanto, o Governo deve, através da revisão da lei em causa e da criação de outras leis específicas, resolver tais problemas.

A referida lei só se aplica aos serviços e organismos do sector público administrativo e, quanto às empresas de capital público, não foram criados regimes transparentes e rigorosos para o seu orçamento, a respectiva execução e o seu funcionamento. Estas empresas foram constituídas usando avultado erário público, e depois de terminarem as injeções de capital, o seu funcionamento financeiro deixou de ficar sujeito à fiscalização da população. Assim, a falta de uma fiscalização rigorosa pode facilmente resultar em diversas irregularidades e suscitar dúvidas no seio da sociedade, por isso, esta tem insistido, nos últimos anos, em melhorar a fiscalização respectiva.

Nos últimos anos, o Governo constituiu diferentes tipos de empresas de capitais públicos, que, normalmente, envolvem injeções de centenas de milhões; mas não são reguladas pela Lei de enquadramento orçamental e há falta de regulamentação e de lei específicas, e de um mecanismo de fiscalização, o que originou a preocupação e a desconfiança da sociedade em relação a essas empresas. Tomando como referência as experiências do exterior, normalmente, existem disposições legais claras sobre o orçamento e a fiscalização dos investimentos das empresas de capitais públicos. No Relatório das LAG deste ano, o Governo referiu que ia aperfeiçoar a fiscalização, mas até ao momento nada se viu. Atendendo a que há cada vez mais empresas de capitais públicos, solicito ao Governo que, quanto antes, elabore leis para regulamentar e fiscalizar o funcionamento dessas empresas, elevar a transparência financeira e evitar lacunas na fiscalização do erário público, por forma a assegurar a sua utilização racional e a recuperar a confiança do público no Governo.

Mais, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas examinou, recentemente, a execução orçamental dos projectos do PIDDA do 1.º trimestre de 2019. Verificou-se que, no ano de 2018 e no 1.º trimestre de 2019, houve 40 projectos com uma taxa de execução orçamental de zero por cento. Esta baixa taxa de execução orçamental afecta as infra-estruturas sociais e os serviços públicos, atrasando os trabalhos de desenvolvimento económico e de melhoria da qualidade de vida da população e, mais, como os referidos projectos já têm cabimento orçamental, isso afecta o desenvolvimento de

outros.

De acordo com as explicações verbais e escritas de cada um dos serviços, a taxa de execução zero desses projectos tem as suas razões. Os membros da Comissão depararam-se com algumas explicações inaceitáveis, por exemplo, a falta de prudência na elaboração do orçamento, de ponderação global e confirmação da viabilidade do projecto antes da apresentação do orçamento, de coordenação interserviços ou de falta de clareza nas funções dos serviços, e de comunicação com os respectivos serviços ou utentes antes da apresentação do orçamento, problemas que são detectados na fase de execução orçamental, originando atrasos e até cancelamento e reapresentação de projectos, prejudicando gravemente a eficiência da sua execução.

Constatou-se ainda falta de integridade e de razoabilidade nas explicações de alguns serviços, por exemplo, as razões que constam nas explicações são o “copy e paste” das anteriormente apresentadas, e as datas não são alteradas por preguiça; essa prática de transpor tudo para o papel de forma desleixada, só reflecte a falta de seriedade e de atenção por parte dos serviços públicos em relação à fiscalização, bem como a falta de rigor nas acções desenvolvidas pelos serviços de fiscalização financeira do Governo. O Governo deve efectuar revisões e resolver esses problemas, por forma a evitar que a baixa taxa de execução dos projectos públicos afecte a vida da população e o desenvolvimento socioeconómico.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 07.08.2019

Na semana passada, quando a tempestade tropical Wipha atacou Macau, foi içado o sinal n.º8 de tufão, e registaram-se graves problemas no trânsito marítimo, terrestre e aéreo. Alguns cidadãos que necessitavam de ir trabalhar e muitos turistas continuaram a entrar em Macau pelas passagens terrestres, porém, a maior parte dos transportes públicos suspenderam os seus serviços devido à impossibilidade de circulação nas três pontes, o que dificultou as deslocações de cidadãos e turistas. Ainda há grande espaço para melhorias no que respeita ao trânsito e às passagens alfandegárias durante os tufões. A maior parte dos transportes aéreos e marítimos não funcionaram como normalmente, portanto, muitos passageiros tiveram de permanecer no aeroporto e no Terminal Marítimo de Passageiros, e quanto às passagens terrestres, o Posto Fronteiriço da Flor de Lótus foi suspenso devido ao encerramento da Ponte Flor de Lótus, mas os Postos Fronteiriços das Portas do Cerco e da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau continuaram a funcionar, portanto, continuaram a entrar em Macau muitos visitantes, apesar de os transportes públicos terem sido suspensos, incluindo a maior parte dos táxis, obrigando muitos turistas a permanecer em ambos os postos fronteiriços. Contudo, nestes dois postos fronteiriços não há condições como no Aeroporto e no Terminal Marítimo de Passageiros, onde há lugares para descansar e esperar, por isso, os muitos passageiros que se juntaram nos postos fronteiriços das Portas do Cerco e da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau tiveram de enfrentar vento e chuvas fortes enquanto esperavam pelo número limitado de autocarros e táxis. Felizmente, os diversos serviços competentes resolveram rapidamente enviar autocarros especiais para transporte dos turistas, e os agentes policiais também conseguiram manter a ordem pública.

Quero expressar o meu respeito aos funcionários que trabalharam durante o tufão! Os esforços dos funcionários do Centro de operações de protecção civil contribuíram para reduzir o impacto do tufão e para proteger a vida e os bens da população. Aprendendo com a experiência dos tufões passados, os trabalhos deste Centro conseguiram decorrer sem sobressaltos, e as informações foram divulgadas de forma oportuna e completa. Isto foi visto a olho nu por todos, e foi reconhecido e elogiado pela maioria dos residentes. Porém, Macau é uma cidade turística de nível mundial, e os turistas não pararam de vir até cá mesmo durante o tufão, assim, as autoridades devem retirar as devidas lições disto e coordenar-se com os Governos de Zhuhai e Hong Kong para otimizar a respectiva organização antes da chegada do próximo tufão.

Esta situação foi alvo de atenção dos serviços públicos. Há dias, a DSAT acabou de reunir com a empresa dos autocarros dourados, para comunicar a decisão de suspensão dos serviços destes autocarros para Macau quando estiver

içado o sinal n.º8 ou superior, e que a última carreira deve sair 15 minutos antes do içar dos referidos sinais. Isto vai contribuir para minimizar as situações de turistas que ficam presos no posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau sem meios de transporte. Porém, muitos turistas vêm até Macau através das Portas do Cerco, portanto, as autoridades devem reforçar a comunicação e coordenação com os responsáveis do posto fronteiriço de Gongbei, proporcionando-lhes informações actualizadas sobre o tufão e os transportes em Macau, para que os turistas, antes de passar, fiquem a par da situação de Macau e decidam se vão continuar a viagem. Mais, as autoridades podem instalar, nas proximidades do posto fronteiriço das Portas do Cerco, uma zona provisória de descanso, destinada aos turistas durante tufões, para que estes possam aguardar que o tufão se afaste para continuarem viagem. Tomando como referência a experiência dos territórios vizinhos, os transportes públicos, na sua maioria, são suspensos durante os tufões, porém, estão disponíveis serviços específicos para quem precisa. Espero que o Governo proceda aos devidos estudos, para poder oferecer transportes públicos adequados e seguros para facilitar as deslocações de quem precisa.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 07.08.2019

Tomar as medidas necessárias para que a baía não se torne numa baía de lixo

Com a chegada do Verão, surgem sempre problemas ambientais e ecológicos nas praias de Macau. Nos últimos dois meses, uma grande quantidade de lixo trazido pelas ondas veio, várias vezes, para as praias de Hac Sá e de Cheoc Van, e, há dias, esta estava cheia de lixo, situação chocante que foi filmada por alguns cidadãos. Para além de resíduos de materiais de madeira, esse lixo incluía diversos artigos de uso diário, por exemplo, garrafas e copos de plástico, e palhinhas e sacos de plástico, todos feitos de materiais não degradáveis. Onde veio esse lixo? Se a situação continua, a ecologia marinha vai, de certeza, ser prejudicada, o que faz lembrar os casos de morte de golfinhos brancos chineses, ocorridos nos primeiros cinco dias do princípio deste mês. A foz do Rio das Pérolas é o principal *habitat* desses golfinhos, e a morte sucessiva dos mesmos significa que as nossas áreas marítimas já não são adequadas para a sua sobrevivência? Se se achar que os golfinhos brancos chineses estão muito afastados de nós, podemos, então, fazer uma retrospectiva das praias de Macau. Segundo o relatório da qualidade da água das praias, a mesma foi classificada como “medíocre” em 2017 e 2018, e, recentemente, foi detectada na praia de Cheoc Van a bactéria da cólera. Macau assume-se como um Centro Mundial de Turismo e Lazer, mas é má a qualidade da água das suas praias, onde os cidadãos, escapando da floresta de betão, pretendem passar a férias e divertir-se durante o Verão, e as mesmas até parecem um monte de lixo. Tudo isto traz um grande impacto para a reputação da nossa cidade. Para os cidadãos, Macau parece não ter locais para passear, portanto, preferem viajar para o exterior ou ficar em casa com o ar condicionado ligado. A baía de Macau não se deve transformar numa baía de lixo.

A razão que levantou esta questão desagradável é esperar que as autoridades aprendam com esta experiência e reforcem os trabalhos de gestão das zonas marítimas e costeiras. Em relação ao lixo junto às praias, tem de haver um mecanismo de tratamento rápido. Segundo os média, a limpeza das praias recai sobre uma empresa concessionária, mas, segundo os cidadãos, nos últimos dias, na Praia de Cheoc Van o lixo foi removido à mão e sem utilizar os devidos equipamentos. A Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água pode considerar reforçar a cooperação com as companhias de limpeza, para estas utilizarem mais máquinas para limpar as praias, elevando-se a eficiência.

Numa perspectiva de longo prazo, as autoridades devem reforçar a gestão ambiental das zonas marítimas e costeiras, elevar a eficiência dos trabalhos de limpeza do lixo na orla das praias, e proceder a estatísticas e a análises cuidadosas das quantidades e dos ingredientes dos tipos de lixo a flutuar no mar, para detectar a sua origem e procurar soluções radicais.

Em Hong Kong foi criado o “Grupo de trabalho interdepartamental sobre gestão ambiental marinha”, responsável pelo ordenamento e manutenção das águas marítimas e das praias, e pela cooperação com as regiões de Guangdong nos assuntos marítimos e ambientais. Com o estabelecimento do poder de gestão dos 85 km² de área marítima, o Governo deve consultar os mecanismos respectivos, iniciando, de forma estratégica e com a liderança da DSAMA e da DSPA, os trabalhos de protecção e conservação das águas marítimas, tais como reforçar a cooperação com as regiões vizinhas no ordenamento marítimo, melhorar as zonas costeiras e a monitorização, ao nível ambiental, hidrográfico e meteorológico, elevar o nível de higiene da água, reforçar a conservação ecológica marítima, salvar as espécies em perigo de extinção, manter a diversidade dos organismos marinhos, realizar acções de sensibilização e educação, organizar voluntários para a limpeza das praias, e divulgar os dados estatísticos e os estudos respectivos, etc. Estes trabalhos envolvem vários serviços, tais como o IAM, os SSM e a DSMG, portanto, é necessário reforçar a cooperação interdepartamental.

Com base na recolha plena de dados e nos estudos e análises, pode-se consultar os exemplos mundiais para tratar, de forma agressiva, o lixo no mar, incluindo o uso de barcos para o apanhar, ou a experiência da Coreia do Sul, isto é, subsidiar os pescadores para a recolha de lixo. Pode-se também introduzir equipamentos avançados para ordenar o ambiente marítimo, devolvendo a Macau uma bela baía, tranquila e limpa.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 07.08.2019

Melhorar a fiscalização das obras públicas para conclusão, no prazo previsto, das obras do estabelecimento prisional em Ká-Hó

As obras do novo estabelecimento prisional em Ká-Hó arrancaram em Agosto de 2010 e, segundo o planeamento, deviam ter ficado concluídas no final de 2014. Estas obras estão a desenvolver-se há cerca de 10 anos, mas, das suas 4 fases, apenas duas foram concluídas. Os serviços competentes não têm resposta precisa para quando é que se pode concluir as restantes duas. É uma confusão do princípio ao fim. Os atrasos das obras não só provocam prejuízos temporais, mas também o reforço contínuo do orçamento. Como a segurança do erário público não foi devidamente garantida, a sociedade fica preocupada, mas sem alternativas, questionando fortemente o Governo quanto à fiscalização das obras públicas.

Circulam na sociedade diferentes versões quanto às razões dos atrasos e das derrapagens financeiras. As autoridades têm sublinhado apenas os factores de superfície, por exemplo, o relatório da exploração de terra revelou uma situação desfavorável, a necessidade de substituir estacas pequenas por grandes, a substituição de grande quantidade de vidro à prova de bala, devido a ruptura, etc... Mas sobre estas questões não foi possível apurar as devidas razões para exigir responsabilidades, nem apresentar uma proposta de melhoria efectiva. Para a sociedade, é difícil aceitar esta forma de tratamento.

O regime de concurso para as empreitadas de obras públicas tem sido sempre alvo de críticas da sociedade. É um defeito de avaliação “atribuir a empreitada ao preço mais baixo”, pois, como o preço proposto é baixo, os empreiteiros podem não ter capacidade suficiente para executar as obras, afectando a sua qualidade, e provocando atrasos e aumento dos custos. Segundo o Governo, não foi adoptado o modelo de “atribuir a empreitada ao preço mais baixo” para avaliar as propostas de empreitadas de obras públicas, mas, segundo o resultado de adjudicação das obras da 2.^a e 3.^a fases do novo estabelecimento prisional, em Ká-Hó, divulgado na página electrónica da DSSOPT, foram adjudicadas aos empreiteiros que apresentaram o preço mais baixo. Afinal, trata-se de uma coincidência, ou será que existem problemas no método de avaliação das propostas por parte do Governo, o que leva a sociedade a ter muitas dúvidas?

Por outro lado, houve atrasos em todas as obras do novo estabelecimento prisional, a conclusão da 1.^a fase estava prevista para Abril de 2012, mas, devido aos relatórios de sondagem geotécnica e à quebra dos vidros à prova de bala, o projecto de concepção das obras sofreu várias alterações, mais, são muitas as exigências das entidades utilizadoras, o que levou a atrasos, e a 1.^a fase só ficou concluída no final de 2014, muito mais atrasada do que o previsto. Isto demonstra que há falta de coordenação interdepartamental, sem conseguir acompanhar as

necessidades de desenvolvimento das obras.

Com o desenvolvimento económico, a segurança de Macau tornou-se cada vez mais complexa, e o estabelecimento prisional já atingiu a saturação, por isso não pode haver mais atrasos nas obras do novo. Face às necessidades prementes, os serviços de Segurança transformaram as salas de formação em celas, uma situação equivalente a “apagar um incêndio com um copo de água”. Atendendo às prorrogações das obras do novo estabelecimento, sugere-se às autoridades que dêem mais importância ao assunto, reforcem o acompanhamento pontual, aperfeiçoem o mecanismo de fiscalização, efectuem a monitorização da qualidade das obras das restantes duas fases e o controlo dos prazos de execução, e definam o calendário da conclusão da obra, em prol da entrada em funcionamento, quanto antes, do novo estabelecimento, e da segurança da cidade.

Ao longo dos anos, a insuficiente fiscalização por parte do Governo às obras públicas originou várias situações de excesso de despesas, atrasos, discrepâncias de qualidade, etc. Assim, solicito às autoridades que procedam a uma revisão global, reforcem a regulamentação para as fases de concessão, execução e vistoria, maximizem a utilização do erário público, e elevem eficazmente a qualidade e eficácia das obras públicas. Ao mesmo tempo, para acelerar o processo legislativo da Lei sobre a aquisição de bens e serviços, devem entregar a proposta à AL, o mais cedo possível, para apreciação, e regulamentar, especial e rigorosamente, o modelo de avaliação das propostas, em que a adjudicação é feita a quem propõe o preço mais baixo, para colmatar as lacunas e evitar a “pesca em águas turvas”, que influenciam a eficiência e a qualidade das obras públicas.

IAOD da Deputada Chan Hong em 07.08.2019

Resolver o problema da queda dos pingos de água nos bairros antigos Melhorar a higiene ambiental

No Verão, a temperatura é elevada e muitos residentes usam ar condicionado para arrefecimento, mas, devido à má instalação dos tubos de drenagem, as gotas de água caem na rua, perturbando a vida dos residentes. Nas zonas velhas, como a Rua da Praia do Manduco, a Travessa da Barca, a Areia Preta e a Vila da Areia Preta, há muitos edifícios antigos, e uma parte dos residentes tem fraca consciência sobre saúde pública. Mesmo que saibam que os aparelhos de ar condicionado estão a gotejar, ignoram isso. Quando os residentes não tomam cuidado, facilmente “apanham com uma prenda” em cima, e os veículos estacionados nas vias públicas também são atingidos por pingos de água. No ano passado, houve 1288 queixas sobre a queda de pingos de água provenientes de aparelho de ar condicionado e foram deduzidas 505 autuações depois de acompanhamento. Mesmo que o Regulamento Geral dos Espaços Públicos defina que a queda de pingos de água de aparelhos de ar condicionado pode resultar numa multa de 600.00 patacas, a questão continua a persistir. Mais, mesmo tendo as autoridades competentes reforçado os trabalhos de divulgação e inspecção junto da comunidade, os resultados continuam insatisfatórios.

Mais, muitos moradores dos bairros antigos estão habituados a lavar as varandas e a regar aí as plantas. Como a saída da canalização está virada para o exterior, e os canos nas paredes da fachada podem estar quebrados, e ainda porque as canalizações de alguns edifícios desembocam directamente na rua, assim, as águas residuais afectam as lojas e os peões lá em baixo, podendo também resultar na proliferação de mosquitos, afectando a higiene ambiental e as relações de boa vizinhança.

O problema dos pingos de água dos aparelhos de ar condicionado e das águas residuais nas ruas é ilegal, mas porque não é resolvido? Na minha opinião, é necessário reforçar a divulgação das leis junto dos bairros antigos, nomeadamente, dos trabalhadores não residentes, para todos poderem receber as respectivas informações, através de cartazes e folhetos informativos em inglês ou noutra língua, para eles perceberem. Assim, eles podem conhecer a lei e cumprir a lei, e colaborar activamente com as autoridades competentes no tratamento da questão da drenagem das águas residuais. Por outro lado, para produzir os devidos efeitos dissuasores, as autoridades devem tomar a iniciativa de proceder a acções de fiscalização e reforçar a aplicação da lei nos locais onde há mais casos de pingos de água nas ruas. Por isso, espero que os serviços competentes possam estar mais atentos para resolver os problemas da vida da população, dando atenção a todos os pormenores do seu quotidiano, tais como as gotas a pingar e as infiltrações de água, a fim de construir uma vida melhor para aquela.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 07.08.2019

Sem elevar a eficiência administrativa é difícil resolver os problemas relacionados com a vida da população

Este é o ano do 20.º aniversário do Retorno à Pátria e da mudança de Governo. De facto, o Governo conseguiu grandes progressos na melhoria da vida da população, o que merece o reconhecimento dos cidadãos, porém, ainda não conseguiu satisfazer as expectativas da população em relação a muitas questões relacionadas com a sua vida.

Segundo as estatísticas da nossa equipa sobre as interpelações escritas apresentadas entre a 1.ª e 2.ª sessão legislativa da VI legislatura, até 30 de Julho, os deputados apresentaram 1371 interpelações escritas: 191 respeitantes à área da Administração e Justiça, 222 à área da Economia e Finanças, 79 à área da Segurança, 342 à área dos Assuntos Sociais e Cultura e 510 à área dos Transportes e Obras Públicas. Esta área registou o maior número: 164 respeitantes aos transportes, 116 aos solos e obras públicas e 69 à protecção ambiental; seguiu-se a área dos Assuntos Sociais e Cultura, com interpelações a dizer principalmente respeito à assistência médica, 104, e à educação, 70. Para fiscalizar a eficiência administrativa do Governo, também procedemos à estatística sobre a percentagem das respostas, a saber: entre 16 de Outubro de 2018 e 15 de Junho de 2019, os deputados apresentaram 533 interpelações escritas e o Governo já respondeu a 493: 278 no prazo legal de 30 dias, isto é 52,16%, 215 fora do prazo, isto é, 40,34%, e 40 ainda não foram respondidas, isto é, 7,5%. Estes dados demonstram que os problemas relacionados com a vida da população continuam por resolver e que a eficiência administrativa do Governo continua por aumentar.

Alguns cidadãos pediram-me para dizer o seguinte ao Governo: o aumento dos níveis social e económico e da inteligência dos cidadãos resulta em aumento, e não redução, das solicitações dos cidadãos, que só podem ser cada vez mais. Se o Governo não encarar os problemas que afectam a vida da população, tais como as dificuldades em apanhar transportes públicos, estacionar veículos, consultar médicos, adquirir casa, fazer negócio, neste caso as pequenas e médias empresas, e ainda os problemas da protecção de idosos, etc, a insatisfação dos cidadãos vai continuar a agravar-se. Os cidadãos também não desejam que o actual Governo deixe os problemas para o próximo, porque isto só pode resultar num círculo vicioso governativo, e os cidadãos, sem outra alternativa, só podem continuar a esperar que seja então o próximo Governo a resolver os problemas.

Para corrigir os problemas existentes, os cidadãos desejam que o novo Governo assuma uma nova atitude de trabalho; quanto aos critérios de recrutamento de pessoal, deve amar o País, Macau e os seus cidadãos, ter conhecimentos profissionais, auscultar, sempre, as opiniões das camadas sociais de base, para saber das suas necessidades e poder tratar de imediato as suas

solicitações sem arrastamentos, isto é, ter por base a população. O Governo, que assume o papel de orientador, tem de elevar a eficácia administrativa, de reforçar a comunicação e a cooperação interdepartamentais, de eliminar os seus vícios de “não trabalhar para não errar”, “trabalhar pouco para errar menos”, “deixar que os assuntos se arrastem para não tomar decisões”, “não pôr em prática as decisões tomadas”, etc, com vista a atenuar a insatisfação da população e a construir, em conjunto, uma cidade feliz.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 07.08.2019

O hemiciclo deve fortalecer-se e recusar ser “chancela de borracha”

A recente “controvérsia sobre os 60 mil milhões” é apenas a ponta do icebergue.

No passado, o Governo atirou à Assembleia Legislativa, por várias vezes, propostas de lei que não reuniam a opinião pública ou cujo conteúdo enfermava de falta de rigor. O exemplo mais clássico é a proposta de lei, há já alguns anos, sobre o regime de garantia do Chefe do Executivo e dos titulares de principais cargos após cessação de funções. Mais de uma dezena de milhares de pessoas acordaram e saíram às ruas. A alteração à lei do controlo do tabagismo também teve várias dificuldades e foi aprovada sob controvérsia devido ao facto de o Governo ter quebrado a promessa de “proibição total nos casinos”.

Situação igual é a da proposta de lei intitulada “Lei de bases de protecção civil”, que entrou recentemente na fase de apreciação por artigo em sede de comissão. No espaço de meio mês, o Governo apresentou, duas vezes e unilateralmente, versões alternativas sem ter havido discussão suficiente com a Comissão, e as alterações introduzidas têm a ver com o “crime de rumores”, que suscitou grande controvérsia, e com a exclusão dos voluntários da estrutura de protecção civil. Mais ainda, houve várias propostas de lei que sofreram alterações substanciais após a fase de discussão em comissão. Aparentemente, o Governo ouve e acolhe a opinião pública, mas, de facto, há que pensar nas seguintes questões: afinal, qual é o grau de rigor e seriedade das coisas apresentadas pelo Governo, e quantas opiniões da população foram efectivamente transmitidas, para servirem de base essencial à elaboração de propostas de lei.

Apesar de a Assembleia Legislativa ter a total responsabilidade de participar no aperfeiçoamento das propostas de lei apresentadas pelo Governo, tal não significa que os deputados tenham o dever de resolver, sempre, os problemas resultantes da precipitação e da falta de rigor do Governo, e que até precisem de desempenhar bem o seu papel pró-governo, votando cegamente a favor de matérias que carecem de reconhecimento por parte da opinião pública. Face à predominância do poder executivo, ao longo dos anos o hemiciclo tem exercido “uma colaboração mais do que suficiente e um controlo insuficiente”, aliás, quase nunca disse não a iniciativas legislativas do Governo, porém, as suas críticas já são de intensidade elevada quanto aos trabalhos de fiscalização, que nem sempre são favoráveis ao Governo. Várias vozes no público desejam que a Assembleia Legislativa reflecta sobre os esforços a envidar para acabar com as críticas de ser “chancela de borracha”.

Isto implica uma atitude de auto-reforço e enriquecimento do poder por parte da AL. Se a própria Assembleia limitar, de forma irrazoável, os seus poderes, e diminuir o seu estatuto, como é que os cidadãos podem confiar na nossa

capacidade para enfrentar o Governo?

Os deputados estão constantemente a exigir ao Governo que aumente a transparência, mas toleram que o processo legislativo, que é algo bastante relevante, decorra à porta fechada. Todos os dias afirmam defender a “opinião pública”, a “igualdade” e a “justiça”, mas aceitam uma estrutura parlamentar não democrática. Os votos correspondentes aos 19 deputados que não foram eleitos por sufrágio directo são apenas 7506, um número que não é sequer suficiente para eleger um deputado no sufrágio directo, no entanto, esses deputados aproveitam-se dum regime político injusto para exercer “violência da maioria”, influenciando as acções da AL.

O facto é que um deputado, no uso dos poderes conferidos pelo Regimento e pela Lei Básica, apresentou um protesto escrito contra as irregularidades ocorridas nesta Assembleia, e solicitou, nos termos legais, a respectiva publicação no Diário da AL para registo histórico, porém, houve pessoas que criaram “regras ocultas”, regras que não estavam consagradas na lei, para o privar do poder de protesto escrito legalmente previsto.

Quando um deputado, que envida todos os seus esforços para a plena abertura das reuniões das comissões, tomou a iniciativa de escrever uma série de notas sob o título “Não há segredos na AL”, houve pessoas que misturaram intencionalmente os conceitos jurídicos de “à porta fechada” e “confidencialidade”, e que até criticaram, através de intervenções em plenário, que essas acções de introduzir luz na AL “perturbavam gravemente a sua ordem”, “violavam a ética política” e “deviam ser censuradas”.

Quando, por ocasião dos 30 anos do Incidente do 4 de Junho, alguns Deputados quiseram propor um voto de condolências face a esta tragédia da história do País, seguindo o Regimento e os precedentes da AL, algumas pessoas, apagando quem já foram, só permitem que se congratule missões espaciais, e proíbem uma simples emissão de votos sobre o repor de justiça.

Nas “Regras de ordem de Robert”, uma das publicações clássicas que estuda o funcionamento dos parlamentos, o autor apresenta uma série de sugestões e princípios para que as reuniões decorram eficazmente, e o mais importante é elevar o carácter democrático dos cidadãos e cultivar o espírito democrático da sociedade. O Dr. Sun Yat-sen até traduziu, ele próprio, essa obra, alterando-lhe o título para “Primeiros passos dos direitos dos cidadãos”, entendendo que a discussão sobre os assuntos é a base para a concretização dos direitos civis, e que as discussões racionais e as objecções tolerantes são os alicerces do progresso democrático, sendo este o estilo de actuação que a nossa sociedade espera deste hemisfério.

Desde que entrei para a AL, há dois anos, nunca pensei, nem um segundo, em agradar a todas as pessoas da AL ou da sociedade, só pretendo cumprir as

minhas funções, persistir nos mais básicos princípios que se exigem dos políticos, defender as mais básicas exigências da população, e reforçar os mais básicos direitos e interesses dos residentes. Quanto ao regime parlamentar e às competências dos Deputados, nunca me calarei perante restrições e interpretações arbitrárias, pois basta um mau precedente ou deixar que se mantenha uma prática errada para ser mais difícil conseguir a preciosa confiança da sociedade, e desenvolver os trabalhos do parlamento.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 07.08.2019

Esclarecer a proposta de actualização salarial por categorias na função pública e acabar com o regime que “engorda os de cima e emagrece os de baixo”

O regime salarial da função pública que o Governo tem vindo a adoptar só actualiza os índices e não resolve o problema de “engordar os de cima e emagrecer os de baixo”, o que suscita dúvidas. Ao longo destes anos, o Governo e as associações dos funcionários públicos têm discutido a divisão dos níveis dos funcionários públicos por índice, para evitar os problemas que surgem sempre que há actualizações salariais. Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, os SAFP responderam a uma interpelação minha, no final de 2015, na qual afirmam que, em 2015, foi feito um estudo sobre a divisão por níveis no regime salarial, foi analisada a forma de divisão por níveis adoptada em Hong Kong, e foram avaliados os problemas que terão de ser resolvidos no enquadramento do actual regime da função pública de Macau, isto é, com base nesse estudo e nessa revisão, ia ser apresentada uma proposta preliminar; e referiram ainda que só depois da conclusão da revisão do regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos é que o Governo teria condições para elaborar a proposta preliminar de ajustamento salarial de acordo com os diferentes níveis. Porém, nunca prestaram esclarecimentos sobre a referida proposta, o que nos leva a duvidar que tenham intenção de fugir às responsabilidades, deixando que o problema se mantenha.

Assim sendo, sublinho que o Governo deve proceder à reforma do actual regime, que só actualiza os índices e não resolve o problema de “engordar os de cima e emagrecer os de baixo”, e melhorar a sua governação; deve definir a referida proposta preliminar, que está em estudo há muito tempo, para se poder, quanto antes, lançar a respectiva consulta pública; e se os dirigentes do actual Governo assumirem as suas responsabilidades, deve então o Chefe do Executivo apresentar a proposta em causa antes de terminar o seu mandato.

IAOD do Deputado Au Kam San em 07.08.2019

Não se sabe por que razão os motoristas profissionais são insuficientes, pois já houve formação, mas não ingresso na carreira

Na falta de dados científicos, a importação abusiva de trabalhadores não residentes (TNR) atingiu já 190 mil pessoas, o que representa cerca de metade da população activa. Para além dos sectores e postos de trabalho onde existem políticas específicas para a protecção dos mesmos, quase todos os outros postos de trabalho estão em fase de ruptura. Muitos trabalhadores locais, devido à grande quantidade de TNR, transformaram-se em trabalhadores marginalizados, provisórios e suplentes, para suprir a insuficiência de TNR. Alguns postos de trabalho são salvaguardados, mas, devido ao grande número de TNR, por parte dos locais, a capacidade de negociação do salário é fraca e há o risco de serem substituídos por TNR. O novo Governo deve concretizar a governação científica e criar dados científicos e, com base nisto, controlar rigorosamente a importação de TNR, a fim de garantir o direito de acesso ao emprego dos locais.

Em 10 de Maio passado, apresentei uma interpelação escrita ao Governo sobre a insuficiência de motoristas profissionais. Uma das perguntas que coloquei foi: “Segundo o Governo, vão ser efectuados estudos para saber se os motoristas existentes são, ou não, suficientes. O Governo deve procurar saber o número de postos de motoristas em Macau, incluindo o de veículos pesados de passageiros, o de veículos pesados de mercadorias e o de outros tipos de veículos. Deve ainda procurar saber o número de empregados e desempregados no sector de motoristas, incluindo o de veículos pesados de passageiros, o de veículos pesados de mercadorias e o de outros tipos de veículos. Deve ainda proceder a estudos, com base nos referidos dados, para saber se os motoristas existentes em Macau são insuficientes. Isto tudo vai ser feito?”. Em Junho passado, na sua resposta, o Governo afirma: “a Comissão de Desenvolvimento de Talentos está a realizar um estudo sobre a necessidade de motoristas profissionais, esperando-se que, após a divulgação dos resultados, possa haver uma compreensão mais abrangente sobre a matéria”. Esta resposta não tem nenhuma informação valiosa. O estudo ainda não foi concluído, mas pelo menos, deve-se explicar qual o rumo a ser seguido. Há que estudar se os motoristas profissionais são suficientes, tal como referi, “procurar saber o número de postos de motoristas em Macau, incluindo o de veículos pesados de passageiros, o de veículos pesados de mercadorias e o de outros tipos de veículos” e “procurar saber o número de empregados e desempregados no sector de motoristas, incluindo o de veículos pesados de passageiros, o de veículos pesados de mercadorias e o de outros tipos de veículos”, e um dos rumos do estudo é fazer uma comparação entre esses números. Há também outros métodos “preguiçosos”, por exemplo, inquiridos aos empregadores, para assinalarem a falta de motoristas ou de qualquer outro posto de trabalho. Os resultados de estudos com diferentes rumos podem ser bastantes díspares. Assim, é possível que o rumo ou o método do estudo já determinem os resultados.

O Governo deslocou-se à AL, a convite da Comissão de Acompanhamento, para ouvir opiniões sobre o novo contrato de autocarros. No diálogo, o Director dos Assuntos de Tráfego revelou que, devido à grave insuficiência de motoristas em Macau, o número médio por autocarro é de apenas 1,4, muito inferior ao das regiões vizinhas, o que aumenta o custo de exploração e afecta a qualidade dos serviços. Assim, a DSAL tem vindo a realizar acções de formação para motoristas de veículos pesados de passageiros. Só que, após formação, são poucos os que ingressam na carreira de motorista de autocarros. Segundo a resposta da DSAL a uma interpelação, de 2016 a 2018, 592 pessoas frequentaram acções de formação para motoristas de veículos pesados de passageiros, 466 obtiveram cartas de condução e 270 ingressaram na carreira de motorista de veículos pesados de passageiros. Mas, destes 270, quantos trabalham como motoristas de autocarros? Na resposta nada se diz. O Director disse que as companhias de autocarros realizam também acções de formação e que a taxa de ingresso dos formandos na carreira de motorista de autocarros é muito mais alta do que a dos da DSAL. Assim, nas acções de formação com um mesmo objectivo – formação de motoristas de autocarros, porque é que a taxa de sucesso na formação de motorista de autocarros por parte das companhias de autocarros é muito mais alta do que a dos serviços públicos?

Trata-se de questões que merecem a devida atenção. A DSAL formou, em 3 anos, 466 pessoas com carta de condução de veículos pesados de passageiros, mas só 270 estão a trabalhar como motoristas desse tipo de veículos. Então, porque é que as outras 196 não ingressaram nessa carreira? É porque não querem ou porque não foram contratadas pelas companhias? Disse ainda o Director dos Assuntos de Tráfego que a remuneração mensal dos motoristas de autocarros ultrapassa 30 mil patacas, ou até 40 mil, nalguns casos. Esta remuneração é suficientemente atractiva, então, será que as cerca de 200 pessoas com carta de condução de veículos pesados de passageiros não querem mesmo ser motoristas de autocarros ou não foram contratadas? Se não foram contratadas, então porque é que, atendendo à grave insuficiência de motoristas – 1,4 por autocarro, as companhias não contratam os motoristas de veículos pesados de passageiros formados pela DSAL? Em ambos os casos são acções de formação, porque é que a taxa de sucesso dos formandos das companhias de autocarros no ingresso na carreira de motorista de autocarros é muito mais elevada do que a dos formandos da DSAL? A discrepância de resultados deve-se ao facto de haver discrepância na qualidade das acções de formação? Será que houve problemas com as acções de formação da DSAL, ou houve histórias com as companhias de autocarros? A Comissão de Desenvolvimento de Talentos, como entidade responsável pelos estudos sobre a procura de motoristas profissionais, tem de efectuar estudos específicos, identificar os problemas e descobrir as razões da insuficiência de motoristas em Macau.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 07.08.2019

Há pouco, o Governo anunciou que os promitentes-compradores de fracções do “Pearl Horizon”, incluindo em segunda mão, podiam candidatar-se, junto da Macau Renovação Urbana, S.A., entre 17 de Junho e 16 de Agosto, à aquisição de habitação para troca. Mas só no processo de candidatura é que muitos proprietários descobriram que não tinham feito o registo predial das suas fracções, por isso não estão qualificados para se candidatarem. Como a concessão do terreno do “Pearl Horizon” já foi declarada caducada, não podem, então, requerer novamente o respectivo registo. Sem dúvida, esta situação obriga os lesados do “Pearl Horizon” que pensavam que podiam fazer a candidatura a ver-se novamente em apuros.

Segundo consta, mais de 100 promitentes-compradores não procederam ao registo predial das fracções do “Pearl Horizon”, visto que as compraram antes da vigência, em 2013, da Lei para os edifícios em construção. Como a lei de então não os obrigava a fazer o registo dos edifícios em construção, pagaram apenas o imposto de selo e fizeram as escrituras em escritórios de advocacia. Estes proprietários apostaram todas as poupanças e estão com grandes dívidas, mas não podem usufruir dos seus direitos e interesses legítimos e estão até obrigados a envolver-se numa série de processos judiciais, o que os obriga a sofrer enorme pressão, ao nível psicológico, físico e económico. Uns já estão a pagar os empréstimos bancários; alguns optaram por pagar o montante em conformidade com o andamento da construção; e outros hipotecaram as casas onde moram, por isso têm de pagar dois empréstimos bancários. O Governo afirmou que ia aproveitar, com a maior benevolência, o lote P do terreno onde se encontrava o “Pearl Horizon” para a construção de habitação para troca, com vista a resolver a questão de alojamento dos devidos promitentes-compradores. Mas não teve em conta a situação dos proprietários que pagaram o imposto de selo antes da vigência da Lei para os edifícios em construção, mas desconheciam a necessidade de proceder ao respectivo registo predial.

Na discussão na especialidade na 3.^a Comissão Permanente sobre o “Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana”, as autoridades não referiram que havia alguns proprietários que não tinham feito o registo predial, perdendo a habilitação para a compra de habitação para troca. Após a aprovação da proposta de lei, na altura da apresentação da candidatura à compra de habitação para troca, é que os proprietários que não efectuaram o registo tiveram conhecimento de que não estavam habilitados, o que é uma injustiça.

Promover o desenvolvimento harmonioso e estável da sociedade, e assegurar o bem-estar da população são valores nucleares, e objectivos fundamentais dos trabalhos do Governo. Mas, no caso do “Pearl Horizon”, há falta de coordenação entre serviços públicos, empurram-se responsabilidades de uns para outros, há controvérsias e lacunas entre leis e regulamentos, e tudo isto só traz graves

influências negativas para a vida dos residentes. Espero que o Governo proceda a uma revisão atempada, ponha os direitos dos residentes em primeiro lugar, partilhe das preocupações dos cidadãos, perceba as suas exigências, e reconheça a habilitação para a compra de habitação para troca dos pequenos proprietários que não efectuaram o registo, mas já pagaram o imposto de selo, de modo a que eles possam ter uma habitação o mais rápido possível.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 07.08.2019

Há muitos anos que em Macau se gritam slogans sobre a recolha de lixo e a protecção ambiental. Nestes últimos anos, as autoridades não pararam de prestar atenção aos trabalhos de protecção ambiental, porém, na opinião da sociedade, tudo não passa duma política de slogans com efeitos insatisfatórios. Esses trabalhos de protecção ambiental têm-se mantido, ao longo dos anos, na fase inicial, e as autoridades já admitiram que tanto esses trabalhos como os de recolha do lixo não foram bem-feitos.

A recolha de lixo é já uma tarefa importante da gestão urbanística em todos os países do mundo. No Interior da China têm-se empregado esforços no desenvolvimento desses trabalhos, no passado dia 1 de Julho, Xangai entrou oficialmente em vigor a classificação obrigatória do lixo, e o Governo Central planeia concluir, até ao final de 2020, o sistema de tratamento e classificação do lixo em 46 cidades principais, incluindo Guangzhou e Shenzhen, que integram a Grande Baía. Prevê-se que, até 2025, esteja basicamente instalado o sistema de tratamento e classificação do lixo em todas as cidades do País ao nível de prefeitura ou superior.

O Interior da China recorreu a métodos científicos e tecnológicos para a implementação da política de recolha de lixo. Por exemplo, em Xangai foi criada, na internet, uma plataforma para a recolha do lixo e foram criadas várias aplicações para educação e divulgação, no sentido de incentivar os residentes a articularem-se com os trabalhos de classificação e recolha do lixo. As outras cidades que integram a Grande Baía, como Huizhou, Zhuhai, Dongguan, etc. recorreram ao modelo “Internet+” para impulsionar a gestão inteligente no âmbito da classificação do lixo, e já foram alcançados alguns efeitos.

Macau faz parte da China e também é uma das principais cidades da Grande Baía. As cidades da Grande Baía estão a promover, de forma ordenada, os trabalhos de recolha selectiva de lixo, com Cantão e Shenzhen a assumirem-se como cidades-modelo. Em Macau, a reciclagem de lixo e os trabalhos de protecção ambiental estão mais atrasados do que nas outras cidades vizinhas.

A protecção ambiental é muito importante para o desenvolvimento sustentável, estável e saudável de Macau. Numa recente sessão de interpelação oral, o Governo afirmou que ia continuar a reforçar os trabalhos de protecção ambiental, em coordenação com as respectivas políticas do Governo Central. A promoção da protecção ambiental não é tarefa que se faça de um dia para o outro, portanto, o Governo deve planear a longo prazo, através de métodos científicos, mas o mais importante é intervir nas acções, caso contrário, a concretização será difícil. Quanto à construção duma cidade inteligente, o Governo deve ter em conta os problemas existentes no desenvolvimento dos trabalhos de protecção ambiental, tomar como referência as experiências das diferentes regiões e conjugá-las com a realidade de Macau, e, no âmbito da Grande Baía, deve procurar métodos de

gestão inteligentes e sustentáveis para o desenvolvimento da recolha selectiva e da reciclagem de lixo; reforçar as acções de divulgação e medidas complementares; elevar a consciência dos cidadãos sobre a protecção ambiental; impulsionar a participação dos visitantes; aperfeiçoar a cadeia de reciclagem, e impulsionar o desenvolvimento do sector da reciclagem de Macau, criando uma série de sistemas para a gestão da recolha selectiva e da reciclagem de lixo. Acreditamos que o sector da protecção ambiental de Macau poderá continuar a desenvolver-se se houver cooperação efectiva de todas as partes.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Wu Chou Kit em 07.08.2019

Segurança dos taludes

Em 1912, Macau só tinha 11,6 Km², dos quais 8 km² eram colinas, e a Taipa e Coloane representavam 70% da área total. Na Península de Macau, apenas 6% eram colinas, e devido à falta de terrenos, as casas eram construídas junto às colinas.

Como Macau é pequena e populosa, muitas instalações importantes, como hospitais, escolas, monumentos, habitação pública e edifícios do Governo, foram construídas nas encostas. Depois de vários anos de aterros de grande escala, na zona norte, Fai Chi Kei, Praia Grande, NAPE, Taipa e Cotai, a área triplicou.

O substrato rochoso de Macau é de granito, e os taludes são, na maioria, de granito decomposto ou de granito descoberto, que facilmente se fragmentam e desprendem devido à erosão. O granito decomposto, misturado com areia fina e argila, apresenta uma fraca permeabilidade, e pode causar escorrência superficial, erosão do solo e desprendimento de pedras, o que aliás acontecia com frequência nos taludes na época das chuvas.

Nos últimos 20 anos, o Grupo de Taludes, composto por engenheiros da DSSOPT, IAM e Laboratório de Engenharia Civil, tem realizado, antes da época das chuvas, inspeções e sondagens a todos os 223 taludes. Neste momento, já quase não há registo de acidentes graves com taludes, graças a estes trabalhos.

Apesar disso, recentemente registou-se um desabamento dum troço de muro de suporte, junto ao circuito da Guia. Assim, apresentamos as seguintes sugestões para a fiscalização, manutenção e exploração dos taludes:

1. O primeiro sistema de monitorização automático de taludes situa-se no quadrante sudeste da Colina da Taipa Grande e é composto pelo sistema de monitorização propriamente dito, pelo sistema de recolha de dados e pelo sistema de gestão de dados. O referido sistema automático permite o acesso imediato aos dados sobre assentamento, fissuras, deslocação, nível do lençol de água, nível de precipitação, etc., para avaliar a estabilidade dos taludes, com vista a aumentar os alertas sobre a segurança do talude através duma fiscalização mais precisa e de medidas preventivas. Também se está a preparar a instalação dum sistema de monitorização automático de taludes na Fortaleza de Monte. Tendo em conta os respectivos custos, mais reduzidos do que no passado, e a compatibilidade com a transmissão sem fios, sugere-se a instalação desse sistema em todos os taludes de Macau, que são mais de 200. Apesar de serem poucos os taludes com riscos mais elevados, é possível recorrer aos “megadados” e à conjugação com as informações meteorológicas para se fazer uma análise sintética, aumentando as previsões e monitorização em tempo real

dos taludes e reduzindo, gradualmente, o impacto destes para os cidadãos, com vista a salvaguardar a segurança dos residentes.

2. Com vista a promover uma cidade inteligente, há que aproveitar todas as tecnologias informáticas e ideias inovadoras e que integrar os sistemas e serviços da cidade, aumentando a eficiência na canalização dos recursos e otimizando os serviços e a gestão urbana, com vista a melhorar a qualidade de vida dos residentes. O sistema de monitorização automático permite o domínio atempado do estado dos taludes e a recolha de dados, no sentido de definir mecanismos relativos aos riscos e de estabelecer critérios para o alerta imediato quando os dados do estado dos taludes ultrapassem os limites. Mais, atendendo ao estado dos taludes e aos dados recolhidos, e tendo em consideração a articulação com o plano director e com os dados meteorológicos, o Governo pode exigir alterações dos planos e projectos de execução de obras em relação a novos edifícios ou vias, no sentido de aperfeiçoar e otimizar o sistema de drenagem nas proximidades e de avançar com obras de embelezamento nas proximidades.

3. Por fim, quanto ao desenvolvimento da reestruturação da comissão para a inspecção de taludes, pode tomar-se como referência o Conselho do Planeamento Urbanístico, o Conselho para a Renovação Urbana, o Conselho Consultivo do Trânsito e demais mecanismos permanentes, dando assim resposta aos actuais e futuros trabalhos permanentes de monitorização e recolha de dados sobre os riscos dos taludes, com vista à total monitorização e optimização dos taludes em Macau.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 07.08.2019

Concretizar a distribuição eficaz de longo prazo dos saldos positivos, para fazer face às mudanças do ambiente socioeconómico

Nos Relatórios das LAG destes últimos anos, o Governo reitera a necessidade de melhorar os cinco mecanismos eficazes de longo prazo para melhoria da vida da população, nomeadamente, o sistema de segurança social, a habitação, a saúde, a educação, e a formação de quadros qualificados, afirmando a consolidação do modelo de apoio aos cidadãos, englobando várias vertentes e garantindo protecção múltipla; e sublinha ainda que vai continuar a melhorar as obras relacionadas com a vida da população. Começou, recentemente, por melhorar o sistema de segurança social, recorrendo à legislação para consolidação do seu funcionamento, o que merece o nosso reconhecimento. Porém, como é que vai proceder ao ajustamento das outras matérias que já referi, nomeadamente, como é que vai criar um mecanismo eficaz de longo prazo para assegurar o rácio estável das despesas das finanças públicas e a distribuição efectiva dos saldos positivos, no sentido de equilibrar e consolidar as diversas receitas e despesas relacionadas com a vida da população, é algo que a sociedade espera ver concretizado.

Actualmente, Macau não tem um método científico e sistemático para distribuição das despesas e dos saldos positivos das finanças públicas. Todos os anos, as despesas públicas dependem do cumprimento, pelos respectivos serviços públicos, dos princípios “da prudência e da manutenção das despesas dentro dos limites das receitas”, sem haver regulamentação sobre o rácio das diferentes despesas em relação às despesas totais do Governo. Quando o ambiente económico é favorável e as receitas do Governo são estáveis, o método em causa não suscita grandes problemas, porém, quando o ambiente económico é desfavorável e as receitas são instáveis, esse método facilmente terá impacto para o funcionamento e a estabilidade dos serviços públicos. Devido à falta de critérios objectivos, é difícil para a sociedade determinar os resultados económicos que devem ser partilhados com os residentes.

Face às recentes instabilidade económica mundial, degradação da situação financeira e social das regiões vizinhas, e às oscilações no mercado monetário, muitos residentes temem que a economia de Macau seja afectada, pondo em causa a concretização das políticas de apoio à população. As medidas, tais como o subsídio para idosos, a comparticipação pecuniária e os vales de saúde, têm carácter provisório, mas são um dos principais meios de redistribuição para os residentes fazerem face à inflação. O mais importante é que podem atenuar, de certo modo, os problemas sociais de ordem mais profunda, como a instabilidade social, resultantes do agravamento do fosso entre ricos e pobres. Os residentes têm dúvidas se vai haver reajustamento destas medidas, atendendo à futura evolução da situação económica.

No final de 2017, o Chefe do Executivo afirmou que ia iniciar a criação dum mecanismo para a distribuição dos saldos financeiros. Desde então, interpelei várias vezes o Governo, em intervenções e interpelações, sobre o respectivo ponto da situação. No ano passado, na sessão de perguntas e respostas na AL, o Chefe do Executivo respondeu-me, afirmando que, este ano, ia definir a forma de distribuição dos saldos financeiros, no sentido de garantir a concretização e a promoção do tal mecanismo. Porém, nunca mais se ouviu nada. Com a mudança do Governo, a sociedade receia que se atrase o mecanismo e que as actuais medidas de apoio não se mantenham.

Assim sendo, solicito que este ou o próximo Governo concretize, quanto antes, o mecanismo eficiente de longo prazo para a distribuição dos saldos financeiros, e que defina, de forma científica e sistemática, o rácio entre as despesas públicas e os saldos em diferentes áreas, pois é mais favorável para a sociedade discutir, de forma racional, o rumo do desenvolvimento das diferentes áreas de serviços públicos, para que os saldos financeiros sejam aplicados eficazmente nas diversas despesas. Assim, poderá garantir-se a estabilidade das referidas medidas de apoio à população, o peso que a educação representa nas despesas públicas, a conclusão gradual da habitação pública, e o reajustamento das despesas com a saúde, atendendo ao envelhecimento da sociedade e ao incentivo ao aumento da taxa de natalidade. Isto para que os residentes continuem a contribuir para o desenvolvimento social, partilhando os resultados. Tudo isto contribuirá para que o Governo e a população, em conjunto, enfrentem os factores incertos na sociedade e na economia, de modo a tranquilizar a população.

IAOD dos Deputados Pang Chuan e Lao Chi Ngai em 07.08.2019

Estar preparado para as adversidades, adoptar medidas preventivas e aumentar a resistência económica

A guerra comercial entre a China e os Estados Unidos da América continua a aquecer, isto é, de um dia para o outro “a guerra voltou a arder”. O ritmo de crescimento económico do Interior da China está a abrandar e a pressão negativa económica, a agravar-se, e, mais, na vizinha Hong Kong houve uma série de manifestações violentas, o que abalou a estabilidade económica. Macau tem uma economia micro e aberta, e não pode ignorar o ambiente em que se localiza e, sobretudo, com o abrandamento económico do Interior da China, a desvalorização do Renminbi e as perturbações sociais em Hong Kong, os diversos indicadores económicos já sofreram um retrocesso, o que poderá afectar a exportação dos serviços de Macau e a sua transformação num centro de turismo e lazer. O impacto ainda não é significativo, mas não pode ser menosprezado, e há que observar de perto, planear adequadamente e começar as preparações de resposta.

Segundo os índices sobre o ambiente económico de Macau, divulgados, recentemente, pela Associação Económica de Macau, o índice previsto para os próximos meses ainda se encontra estável, mas a tendência é para descer, aproximando-se da linha entre “estável” e “fraco” e, mais, as grandes obras de construção civil têm diminuído, as necessidades de investimento em geral tornam-se fracas, o aumento de turistas não conseguiu, eficazmente, estimular a procura, e o impulso para o crescimento macroeconómico é insuficiente, o que merece a nossa atenção.

Felizmente, ao longo dos 20 anos que se seguiram ao retorno à Pátria, com a liberalização do jogo, o carinho e o forte apoio do Governo Central e a política de visto individual, a economia desenvolveu-se rapidamente, os cofres do Governo da RAEM obtiveram lucros avultados e a qualidade de vida da população melhorou significativamente. Perante a incerteza na conjuntura externa, devemos estar preparados para as adversidades, tomar medidas preventivas e preparar bem os nossos trabalhos, para acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e elevar a flexibilidade económica, com vista a evitar grandes estragos.

Sugerimos então ao Governo que aumente o investimento nos grandes empreendimentos relacionados com a vida da população, lidere os investimentos e a construção de Macau como centro de turismo e lazer a nível mundial, com participação activa, e recorra à força motriz do crescimento económico, para aumentar a capacidade de luta contra os riscos a longo prazo.